



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 19 de janeiro de 2024

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,94% São Paulo	127.316 15/1	R\$4,930 (+ 0,09%)	R\$ 1.412	R\$ 5,357	11,65%	11,45%	Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28
0,54% Nova York	129.047 16/1 17/1 18/01	Últimos 11/janeiro 4,875 12/janeiro 4,857 15/janeiro 4,960 16/janeiro 4,925					

## EMPREENDEDORISMO

# Desenrola para empresas deve sair neste trimestre

Programa mira renegociação de dívidas do Pronampe, criado em 2020, para auxiliar os empreendedores durante a crise provocada pela pandemia de covid-19. Iniciativa acumula débitos de R\$ 50 bilhões

» EDLA LULA

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Ministro Márcio França disse que pretende lançar Desenrola para empresas no primeiro trimestre deste ano com foco no Pronampe

O governo deve lançar, no primeiro trimestre deste ano, o programa Desenrola Brasil para empresas, voltado para micro e pequenos empresários. A promessa é do ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França. O objetivo é que a iniciativa tenha foco nos devedores que contraíram crédito por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Criado em 2020, o Pronampe foi pensado para auxiliar os empreendedores no enfrentamento da crise econômica provocada pela pandemia da covid 19. Foram emprestados cerca de R\$ 50 bilhões, mas, atualmente, há um alto índice de inadimplência.

Segundo França, a renegociação das dívidas não vai afetar o caixa do governo, pois os recursos foram disponibilizados por meio de um fundo não orçamentário. “O Pronampe é um fundo específico, ele não entra no orçamento, está fora de qualquer arcabouço. Tem regras separadas”, disse.

A ideia, de acordo com o ministro, é seguir uma metodologia semelhante a do Desenrola Brasil, lançado pelo governo, no ano passado, para sanar dívidas de pessoas físicas. O que ele espera é que sejam oferecidos descontos, para que as empresas paguem apenas o principal da dívida. “O Pronampe emprestou perto de R\$ 50 bilhões. Não faz sentido que cobrasse das pessoas juros mais a Selic. Elas se enrolam”, ressaltou.

O programa prevê empréstimos com a cobrança de juros de 6% mais a taxa Selic. Ocorre que, quando teve início, recorda Márcio França, a Selic estava em 2% ao ano, mas a política monetária restritiva implementada pelo Banco Central a partir de 2021 acabou por elevar a taxa básica para 13,75%, o que inviabilizou a capacidade de pagamento dos empreendedores.

“Se o valor principal (da dívida) for devolvido, sem o juro, já alivia bastante”, comentou o ministro. “As pessoas querem pagar. Não querem ficar endividadas”, completou o ministro.

### Consequências

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Carlito Merss, aponta que os números exatos estão sendo levantados pela equipe técnica do Ministério da Fazenda, mas o que se sabe é que a inadimplência está em nível “estratosférico”. Ele diz que o

Desenrola para empresas será necessário porque o Pronampe, que tinha o objetivo de tirar as empresas da crise, acabou empurrando-as ainda mais para o buraco.

“O Pronampe acabou utilizando aqueles juros exorbitantes da taxa Selic. Acabou se tornando, eu diria, uma espécie de ‘presente de grego’, uma grande armadilha. Tanto é verdade que a luta do governo agora é achar um Desenrola para a gente resolver esse problema dessa inadimplência muito alta que existe hoje junto aos micro e pequenos empresários”, ressaltou.

### Empreendedor Individual

O ministro Márcio França destacou que somente entre os Microempreendedores Individuais (MEI) há 44% de inadimplência. Mais de 7 milhões de MEIs, de um universo de 15 milhões, são devedores. Por isso, a exemplo do que ocorreu com o Desenrola para pessoa física, que foi dividido em duas faixas, haverá também no caso dos empreendedores, um Desenrola voltado especificamente para o MEI.

Para esse público, o chefe da pasta estima que ainda em janeiro será possível rever os

limites de faturamento para a cobrança da contribuição mensal. “A nossa proposta é que seja feito num formato de rampa, como é feito na questão do Imposto de Renda. Que não se use cortes abruptos”, disse França.

Ele afirmou também que pensa em criar um cartão de identificação para MEIs, a exemplo do que já acontece nos empréstimos rurais, em que os empresários possam acessar empréstimos específicos.

### Promessas

O Desenrola para empresas



O Pronampe é um fundo específico, ele não entra no orçamento, está fora de qualquer arcabouço. Tem regras separadas”

Márcio França, ministro do Empreendedorismo



O Pronampe acabou utilizando aqueles juros exorbitantes da taxa Selic. Acabou se tornando, eu diria, uma espécie de ‘presente de grego’, uma grande armadilha”

Carlito Merss, gerente de Políticas Públicas do Sebrae

## PLANEJAMENTO

# Pasta avalia vetos à lei orçamentária

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou ontem que sua equipe avalia os números da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional para verificar se será necessário indicar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que veto pontos que extrapolem a capacidade fiscal do governo.

Um relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) indicou a previsão de um déficit primário de R\$ 55,3 bilhões, decorrente da “superestimativa de receita” presente na LOA. De acordo com o relatório, a receita está bastante acima do que foi observado nos anos anteriores.

Segundo Simone Tebet, quando o governo enviou o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), em julho do ano passado, os números

eram “plausíveis”, mas agora, novo balanço está sendo feito. “No que se refere àquilo que foi apresentado até 31 de julho para nós, e que consta do orçamento, o Ministério do Planejamento e Orçamento chegou a uma das receitas apresentadas pelo Ministério da Fazenda e viu que era plausível. Portanto, colocamos no orçamento”, disse a ministra.

Na elaboração do plano, cabe ao Ministério da Fazenda apresentar as estimativas de quanto o governo vai arrecadar no ano subsequente, para que, a partir desses dados, o Ministério do Planejamento elabore o orçamento, com a previsão de gastos.

Após o governo encaminhar a proposta ao Congresso, ela passa por alterações, a partir das demandas dos deputados e

senadores. Neste momento, segundo Tebet, as equipes técnicas estão fazendo o balanço de todas as alterações para encaminhar as recomendações de possíveis vetos, caso seja necessário.

“Estamos ainda discutindo, analisando o veto. Temos o prazo até 22 de janeiro para encaminhar possível o veto à LOA que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Ainda não fechamos para balanço”, comentou a chefe da pasta. Tebet salientou que após o envio do orçamento, o Congresso aprovou medidas que não eram esperadas. Ela citou o exemplo da prorrogação da desoneração da folha para 17 setores da economia.

“Toda vez que o Congresso faz alteração, ele mexe nessa balança. Portanto ele mexe para mais ou para menos. No caso, mexeu

para menos, o que se perde arrecadação”, disse, em referência à volta da desoneração da folha.

O advogado Denis Camargo Passerotti, doutor em direito econômico, financeiro e tributário pela Universidade de São Paulo (USP), aponta que as conclusões do TCU, somadas ao resultado fiscal de 2023, cuja estimativa é de saldo negativo de R\$ 119,4 bilhões, demonstram que “medidas relacionadas aos gastos públicos devem ser apresentadas, estudadas e implementadas, com o objetivo de melhor aplicar as receitas públicas”.

Segundo o especialista, é preciso dar transparência, eficiência e qualidade para o gasto público, além de se buscar medidas efetivamente capazes de reduzir o custo da máquina pública. (EL)

Reprodução/TV Senado



Ministra Simone Tebet disse que a equipe estuda indicação de vetos